

REGIONALISMO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: UM ESTUDO SOBRE O DESMONTE DA AGENDA PARTICIPATIVA NO MERCOSUL

REGIONALISM AND SOCIAL PARTICIPATION: A STUDY ON THE DISMANTLING OF THE PARTICIPATORY AGENDA IN MERCOSUR

Natanael Gomide Junior¹

¹Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara, São Paulo, Brasil.

E-mail:

natanaelgomidejunior@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1399-9928>.

Recebido em: 29/04/2025 | Aceito em: 11/12/2025.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0



Revista Neiba, Cadernos Argentina-Brasil, Rio de Janeiro, Vol. 14, 2025

Natanael Gomide Junior

DOI: 10.12957/neiba.2025.96183 | e96183 | ISSN: 2317-3459

RESUMO

A partir da segunda metade dos anos 2010, podemos visualizar uma nova configuração política na América do Sul, marcadamente à direita do espectro político, que é cunhada pela literatura como Regionalismo Líquido, e estaria relacionado com a fluidez do processo de integração regional, que se torna marcado, entre outras coisas, por reivindicações em favor de uma maior flexibilização do processo. Diante disso, este artigo tem como objetivo central analisar e discutir o processo de conformação da agenda participativa no Mercosul durante o Regionalismo Líquido. A metodologia empregada é o Estudo de Caso, e como técnicas de pesquisas, recorreremos à análise documental, análise de conteúdo e revisão bibliográfica da literatura especializada. Pudemos concluir que durante este período houve uma busca pela retomada da priorização das dimensões econômicas-comerciais no Mercosul, sendo que a agenda participativa passou por um processo de enfraquecimento e desmonte, como exemplificado pela descontinuidade das Cúpulas Sociais a partir de 2017.

Palavras-chave: Mercosul; Regionalismo Líquido; Participação Social.

ABSTRACT

From the second half of the 2010s, we can visualize a new political configuration in South America, markedly to the right of the political spectrum, which is coined by the literature as Liquid Regionalism, and it would be related to the fluidity of the regional integration process, which is marked, among other things, by demands in favor of greater flexibility of the process. In view of this, the main objective of this article is to analyze and discuss the process of shaping the participatory agenda in Mercosur during the Liquid Regionalism. The methodology used is the Case Study, and as research techniques, we resorted to documentary analysis, content analysis and bibliographic review of the specialized literature. We were able to conclude that during this period there was a search for the resumption of the prioritization of the economic-commercial dimensions in Mercosur, and the participatory agenda has undergone a process of weakening and dismantling, as exemplified by the discontinuity of the Social Summits from 2017 onwards.

Keywords: Mercosur; Liquid Regionalism; Social Participation.



INTRODUÇÃO

A agenda participativa se constitui enquanto um importante pilar dos processos de integração regional porque permite que os atores não-estatais possam enunciar seus anseios, demandas e reivindicações em relação às discussões e negociações que ocorrem nestes espaços, permitindo, entre outras coisas, que o processo ganhe legitimidade diante dos cidadãos comuns dos Estados nacionais que conformam estes processos.

Um dos mais importantes teóricos da literatura sobre integração regional, Ernst Haas, por exemplo, demonstrou em suas obras a importância dos grupos de interesses nestes processos, tendo em vista que as percepções, valores e interesses dos grupos envolvidos na integração regional se constituem como essenciais para o processo de aprofundamento da integração regional, ou seja, o autor ressaltou a ideia de que a integração precisa chegar até a sociedade para que mais grupos identifiquem os benefícios oriundos do processo de aproximação entre Estados pertencentes a uma mesma região (Haas, 1958; 1961).

O objetivo central deste artigo é realizar uma análise e discussão sobre o processo de conformação da agenda participativa durante o Regionalismo Líquido (Mariano *et al.* 2021), buscando identificar como as mudanças de prioridades, quando comparadas com a onda regionalista anterior, impactaram na agenda participativa no Mercosul a partir da segunda metade dos anos 2010.

Para atingir este objetivo, empregamos como metodologia de pesquisa o Estudo de Caso (Yin, 2001), e como técnicas de pesquisa, recorreremos à análise documental, análise de conteúdo - em que foi utilizado o *software* NVivo - e revisão bibliográfica da literatura especializada. O artigo está dividido em duas seções, para além desta breve introdução e das considerações finais. Na primeira seção, caracterizamos a nova onda regionalista cunhada como Regionalismo Líquido, na qual ressaltamos as suas principais características e especificidades dentro um contexto mais amplo na América Latina. Já na segunda seção, realizamos uma análise de como o Regionalismo Líquido impactou na agenda participativa do Mercosul. Por fim, o artigo se encerra com as considerações finais, em que são apresentadas as principais conclusões que foram encontradas neste estudo.



O REGIONALISMO LÍQUIDO

Tendo em vista que o processo de integração regional no Mercosul é intergovernamental, e que o regime democrático se constitui como essencial para que os Estados-membros ingressem e se mantenham no processo de integração regional, e levando em consideração que a alternância de poder se constitui como uma das características básicas dos regimes democráticos, a partir da segunda metade dos anos 2010, podemos observar na América do Sul a formação de um novo cenário político marcadamente à direita do espectro político na região.

Nesse cenário, temos a emergência do governo de Mauricio Macri na Argentina e a ascensão de Michel Temer no Brasil após um processo de *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff. Para além da Argentina e do Brasil, temos a eleição de Mario Abdo Benítez no Paraguai em 2018; a chegada ao poder de um candidato de extrema-direita no Brasil representado por Jair Bolsonaro em 2019 e Lacalle Pou no Uruguai a partir de 2020. A literatura especializada cunha esse novo momento como um giro à direita ou onda azul/conservadora (Mariano; Ramanzini Júnior; Vigevani, 2021; Junqueira, 2021).

Sanahuja (2019) classifica esse novo momento como representando um giro liberal-conservador, sendo que um dos fatores que explicaria a emergência deste novo cenário político na região seria por conta do fim do ciclo econômico favorável ocasionado pelo *boom* das *commodities*, propiciado pela ascensão chinesa no começo dos anos 2000, que segundo o autor, teria sido responsável por permitir com que políticas externas mais assertivas fossem implementadas na região.

Em um contexto latino-americano mais amplo, temos o esvaziamento e a paralisia da União de Nações Sul-americanas (UNASUL) entre os anos de 2017 e 2019, a criação do Grupo de Lima em 2017, enquanto instância de diálogo e debate político, devotado principalmente ao trato da crise política venezuelana (Barros; Gonçalves, 2019), bem como a criação do Fórum para o Progresso e Desenvolvimento da América do Sul (PROSUL) em 2019. No entendimento de Mariano *et al.* (2021) essas iniciativas constituídas se caracterizam como de consulta ideológica e que buscavam demonstrar oposição aos processos conformados anteriormente, sendo altamente voláteis e de baixa performance. Já Alvarez (2020) argumenta que a construção destas novas



instâncias de diálogo, neste contexto político na região, esteve fortemente ancorada em um argumento que buscava desideologizar as relações entre os países da região.

Dentro desse novo cenário, no contexto do Mercosul, a palavra mais recorrente entre os líderes regionais, principalmente entre os chefes do Executivo brasileiro e uruguaio foi flexibilização. Desde então, podemos ver uma busca pelo retorno ao Mercosul dos anos 1990, aquele do Regionalismo Aberto, pautado nas dimensões comerciais e econômicas, e podemos observar um distanciamento em relação às agendas sociais e participativas.

Segundo Briceño-Ruiz (2021), esse novo momento fica evidente a partir da chegada ao poder do então presidente argentino Mauricio Macri, em 2015, que criticou a entrada da Venezuela no bloco e priorizou a dimensão econômico-comercial, propondo uma flexibilização do Mercosul, especialmente no que tange às negociações econômicas com terceiras partes, que atualmente é feito em bloco, em observância à decisão do Conselho do mercado Comum- CMC nº 32/00. O Brasil também caminhou no mesmo sentido, argumentando em favor da redução da Tarifa Externa Comum (TEC) e de uma maior flexibilização do processo de integração regional. De acordo com o entendimento do autor, a maior limitação do Mercosul naquele novo momento foram os avanços limitados nas dimensões sociais e produtivas.

De acordo com Peña (2017), o processo de integração regional do Mercosul vivenciou um processo de crise na segunda metade dos anos 2010, sendo que a partir de 2017 nota-se uma intensificação dos debates sobre os rumos que o processo de integração deveria seguir, sobretudo em relação às temáticas que envolvem adaptações às novas realidades globais, regionais e internas aos Estados-membros. Apesar disso, o autor entende que as divergências existentes estariam mais centradas em uma ordem metodológica, ou seja, como os países deveriam trabalhar juntos do que de ordem existencial (se os países deveriam continuar a trabalhar juntos).

A assunção de Macri à presidência argentina em conjunto com a emergência do então presidente brasileiro Michel Temer, em 2016, após um processo conturbado de crise política e econômica que culminou no *impeachment* de Dilma Rousseff, propiciou que essa convergência política causasse uma guinada em relação à agenda do Mercosul, fazendo com que as esferas econômicas-comerciais pudessem retornar ao centro do processo de integração regional:



O Mercosul deveria orientar-se por seus pilares fundacionais e perseguir resultados que gerassem benefícios concretos para suas sociedades. Nesse sentido, a presidência *pro tempore* brasileira impulsionou um conjunto de processos negociadores para o fortalecimento da vertente comercial e econômica do MERCOSUL, em consonância com os princípios estabelecidos pelo Tratado de Assunção. As principais vertentes foram a negociação do acordo de compras governamentais, o encaminhamento de soluções para entraves comerciais intrabloco e a discussão de um conjunto de novas abordagens para conferir mais dinamismo ao tratamento das questões regulatórias no MERCOSUL (Mercosur, 2017a, p. 5).

Exemplificativo dessa busca para que a agenda econômica-comercial ganhasse uma nova tônica no processo de integração regional a partir da segunda metade dos anos 2010 foi a aprovação da decisão nº 23/2015 do CMC intitulada Fortalecimento do Mercosul Comercial e Econômico, que instruiu o GMC a elaborar um plano de ação visando tal fortalecimento (Mercosur, 2015a).

Um conceito chave que busca sintetizar esta nova realidade vivenciada no contexto sul-americano é o de Regionalismo Líquido, formulado por Mariano *et al.* (2021), que seria caracterizado pela fluidez nos arranjos regionais, em oposição a uma ordem sedimentada, e essa fluidez seria marcada pela flexibilização, desregulamentação e liberalização. De acordo com o argumento postulado pelos autores, o modelo regionalista estável começou a ser diluído na fase anterior, ou seja, no Regionalismo Pós-hegemônico, que pode ser tida como uma fase intermediária onde as estruturas regionais sólidas começaram a “derreter”.

O Regionalismo Líquido é caracterizado por um baixo grau de comprometimento dos atores, principalmente dos atores governamentais, o que reforça a ideia de que as normas e as estruturas regionais são voláteis e mutáveis. Nesse sentido, esse regionalismo perpetua um ciclo perigoso à medida em que os desenvolvimentos mais leves, flexíveis e dinâmicos estimulam um menor nível de comprometimento em relação às instituições regionais, o que produz um aumento da insegurança no processo de integração regional, já que os atores envolvidos não conseguem possuir previsibilidade a respeito dos comportamentos dos outros atores que conformam o processo (Mariano *et al.*, 2021).

Todo esse cenário de crise foi aguçado com a chegada do então presidente brasileiro Jair Bolsonaro ao poder, em 2019. Antes mesmo de assumir o cargo de Ministro da Economia, em 2018, Paulo Guedes declarou que o Mercosul e a Argentina não seriam prioridade para o Brasil,



argumentando que a formação do processo de integração regional foi ideológica, o que teria gerado uma prisão cognitiva (El Clarín, 2018). As divergências entre o governo brasileiro de Jair Bolsonaro e do argentino Alberto Fernández marcaram desde então as relações entre os dois principais sócios do bloco regional. E além do mais, as divergências foram crescentes pelo fato do Uruguai se engajar em um acordo de livre comércio com a China de forma bilateral, sem a negociação com o bloco, conforme previsto no ordenamento institucional do Mercosul, em decisão de 2000.

As principais palavras que marcaram este momento entre as relações dos países no Mercosul foram flexibilização, tensão e divergências. Seleccionamos uma amostra aleatória de 210 notícias de jornais por meio da palavra-chave *Mercosur* na base de dados da *Press Reader*² com o objetivo de verificar qual a agenda que foi priorizada no Mercosul nestes últimos anos, com recorte temporal entre os anos de 2020 a 2022.

A partir da amostra selecionada e com o auxílio do *software* NVivo, verificamos que as palavras mais mencionadas foram as seguintes:

Figura 1 - Nuvem de palavras sobre crise no Mercosul



Fonte: elaboração própria, a partir de análise no NVivo.

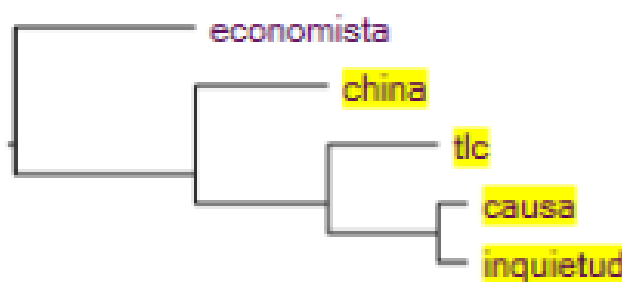
² A seleção da amostra foi feita por meio da busca pela palavra-chave *Mercosur*. Filtramos a pesquisa por meio da opção de ocultar similares e separados por data. Na base de dados, em “pesquisa avançada”, escolhemos somente o idioma espanhol na busca. Dos 210 jornais separados na amostra aleatória no recorte temporal (2020-2022), 70 notícias foram selecionadas por ano. Para além disto, é importante ressaltar que somente foram selecionadas as notícias de jornais nos quais estava disponível a opção “imprimir como texto”.



A partir da figura, algumas questões despertam a nossa atenção. Entre elas, podemos visualizar o quanto o Uruguai, por meio do Presidente Luis Lacalle Pou, teve o poder de influenciar a agenda do processo de integração regional neste momento, sendo o termo *Uruguay* o segundo mais mencionado (164 vezes), atrás apenas de *Mercosur*. E isto está intimamente relacionado com o quarto termo mais citado China (76 vezes), referindo-se à busca por flexibilização do Uruguai em negociar acordos de livre comércio sem a necessidade de negociação em bloco. A notícia de que o país estava perseguindo e avançando em um acordo de livre comércio com a China produziu tensões e divergências entre os líderes regionais.

Em uma análise de *cluster*, fica evidente o quanto a busca por flexibilização nas negociações comerciais por parte do Uruguai causou tensionamento neste momento:

Figura 2 - Análise de *cluster* sobre crise no Mercosul



Fonte: elaboração própria, a partir de análise no NVivo.

Relevante mencionar também a presença das palavras *inquietud* e *tensión*. A partir das duas figuras, podemos depreender que as relações contemporâneas no âmbito da integração regional do Mercosul foram marcadas por um cenário de divergências, conflitos e falta de consenso.

O governo brasileiro, por exemplo, buscou de forma insistente uma redução na TEC em 10%, algo que foi alcançado somente em 2022, por meio da decisão do CMC nº 08/22. Esse giro comercial (Caetano, 2019) e a busca de retorno a uma área de livre comércio, fica explícito a partir da autoproclamada nova política externa brasileira, encabeçado pelo então Ministro de Relações Exteriores Ernesto Araújo:



O MERCOSUL é um processo que foi desvirtuado durante muito tempo e se perdeu em muitas avenidas paralelas. Então, queremos recuperar para o MERCOSUL o papel de uma plataforma negociadora que gere livre comércio entre os países do bloco e que seja um instrumento negociador eficiente com outros parceiros (Funag, 2019, p. 157).

Durante alguns anos, o MERCOSUL não foi um processo de integração; foi um processo de desintegração, um processo que se dedicava a criar barreiras entre os sócios e isolar a região do mundo. Isso se inverte, agora, com a nova lógica de uma real integração aberta - uma expressão que se utilizava muito na origem do MERCOSUL, que foi abandonada e que se retoma (Funag, 2019, p. 269).

Briceño-Ruiz (2021) entende que as dificuldades no processo de integração regional no Mercosul começaram a partir de 2012, com o golpe de Estado no Paraguai contra o presidente Fernando Lugo, visto que este evento teria acabado com o consenso ideológico existente pelo menos desde 2008. E segundo o autor, a suspensão do país do bloco foi utilizada para formalizar a adesão da Venezuela.

Na mesma linha de raciocínio, Nolte e Weiffen (2021) argumentam que o regionalismo latino-americano se tornou ideologicamente mais fragmentado a partir de 2012, visto que projetos liberais e pós-liberais coexistiam simultaneamente na região. Para além disto, segundo os autores, contemporaneamente, o regionalismo latino-americano passou por um processo de exaustão e queda, dado que duas situações de estresse acometeram a região: a crise política venezuelana e a pandemia de covid-19, que enfraqueceram os recursos de *coping* (lidar, aguentar, em tradução livre) diante dos eventos estressores. Estes tensionamentos tornaram mais frágil uma região cujas características são menos resistentes e mais favoráveis às tendências de desintegração.

Neste sentido, as polarizações ideológicas-políticas e as ideias incompatíveis sobre a direção da cooperação regional contribuíram para o declínio do regionalismo contemporaneamente. Pensando em uma saída para este momento, Nolte e Weiffen (2021) defendem que o reinício da cooperação regional na América Latina deveria possuir uma forte orientação técnica, visto que as OIs com um multilateralismo técnico-científico baseado na cooperação funcional ajudaria a colocar de lado os desentendimentos políticos-ideológicos existentes.

De acordo com Vadell e Giaccaglia (2020), a visão conservadora em relação ao regionalismo presente durante os governos brasileiros de Michel Temer e Jair Bolsonaro indicaram um retorno da ideia do Regionalismo Aberto, no qual havia um pensamento de que a integração regional se constituía enquanto um obstáculo aos objetivos de alinhamento aos EUA, sendo que esse processo



teria provocado, entre outras coisas, a volta do México para a região por meio do governo argentino de Alberto Fernández, no qual se buscava a promoção de uma ideia de América Latina mais ampla do que somente a ideia de América do Sul.

Apesar das agendas econômicas e comerciais serem priorizadas novamente durante o Regionalismo Líquido, Fuccille *et al.* (2021) argumentam que o Mercosul durante os seus mais de trinta anos sempre foi uma iniciativa regional que buscou ir além da agenda de liberalização comercial, sendo que o processo de integração regional teria servido não somente para facilitar tal agenda, mas também para favorecer a manutenção do sistema democrático entre os Estados-membros, o que contribuiu para a estabilidade nas relações regionais:

Contudo, os desdobramentos políticos dos últimos anos mostram que as perspectivas para aprofundar a integração têm se reduzido em ambas as agendas, haja vista a recente instabilidade política no Brasil e na Venezuela, bem como a falta de diálogo diplomático entre os principais países do bloco, Argentina e Brasil. No entanto, apesar da ausência de um prognóstico otimista, existe a expectativa de que o Mercosul siga facilitando a cooperação na América do Sul e se mantenha como a principal iniciativa regional para seus Estados-membros (Fuccille; Luciano; Bressan, 2021, p. 246).

Hoffmann (2020) também enxerga um futuro não otimista para o Mercosul dentro desse contexto, tendo em vista o processo de desintegração observado. No entanto, a autora pontua que o processo de integração possui resiliência, sendo que um dos fatores que explica a permanência do bloco ao longo do tempo é a existência de um consenso compartilhado sobre os benefícios que o Mercosul oferece para as elites econômicas e políticas da região, que o veem como uma boa plataforma de engajamento com a economia global, bem como serviria para fortalecer o regime democrático, a estabilidade das relações de segurança entre os países e, paradoxalmente, serviria também para fortalecer a soberania em um contexto de globalização.

Em suma, a partir do discutido, nota-se que na segunda metade dos anos 2010, o processo de integração regional no Mercosul passou por um novo momento de inflexão por conta da emergência de um novo cenário político regional, marcadamente à direita do espectro político, o que causou mudanças nas agendas e prioridades no regionalismo sul-americano, sendo que a dimensão econômica-comercial volta a assumir protagonismo.



A PARTICIPAÇÃO SOCIAL DURANTE O REGIONALISMO LÍQUIDO

No Mercosul, a agenda participativa passou por uma série de transformações ao longo dos anos. Foi fortalecida no começo dos anos 2000, durante o Regionalismo Pós-liberal (Veiga; Ríos, 2007), com a emergência de governos de esquerda e centro-esquerda na região. Nesse sentido, pudemos visualizar a importância desempenhada pelos governos brasileiros de Lula da Silva no sentido de empreender uma agenda que buscava uma maior interlocução com os atores não-estatais no âmbito do Mercosul, ao buscar e lograr a institucionalização das Cúpulas Sociais, em 2012 e da Unidade de Apoio à Participação Social do Mercosul, em 2010, por exemplo. Naquele momento, buscou-se o fortalecimento do financiamento da participação social e tinha-se a ideia de que era necessário a superação de uma agenda meramente econômica-comercial.

Cabe mencionar que as Cúpulas Sociais se constituíram, historicamente, como um dos maiores e mais importantes mecanismos de interlocução entre os atores governamentais e os não-estatais. É um espaço em que diversos atores das sociedades civis regional (movimentos sociais, comunidades epistêmicas, redes de políticas públicas) conseguem enunciar os seus interesses e anseios em relação ao processo de integração regional, o que abrange diversas pautas e temáticas, como direitos humanos, democracia, saúde, educação, questões econômicas, entre outros.

No entanto, a partir da emergência de um novo cenário político-ideológico na região a partir da segunda metade dos anos 2010, pudemos visualizar que houve um esforço por parte dos líderes políticos no sentido de tornar a agenda social e participativa mais enfraquecida e priorizar as dimensões que outrora foram o cerne do processo de integração regional durante os anos 1990, ou seja, as dimensões econômico-comerciais.

Nesse contexto, as Cúpulas Sociais foram descontinuadas a partir de 2017, durante a presidência *pro tempore* argentina. O relatório da presidência, apresentado durante a 50ª reunião ordinária do CMC, diz o seguinte sobre as Cúpulas Sociais: “Durante a 104ª reunião do Grupo Mercado Comum (GMC), a presidência *pro tempore* informou sobre as gestões realizadas oportunamente com vistas a sua convocatória. A respeito, as delegações coincidiram nas dificuldades existentes para realizar a Cúpula ao final deste semestre” (Mercosur, 2017a, p. 32, *tradução nossa*).



Buscamos pelos documentos produzidos durante a referida reunião do GMC, em 2017, mas não encontramos nenhum documento que tenha o título relacionado com a agenda participativa. E observamos que grande parte da documentação está com acesso restrito. Recorremos ao comunicado conjunto dos presidentes dos Estados-membros e associados para verificar se houve alguma menção explicando o fato da não realização das Cúpulas Sociais e não encontramos nenhuma informação. Neste comunicado fica muito destacado a importância que a tónica comercial adquire a partir de então (Mercosur, 2017b).

Em comunicado à imprensa, declarou-se que não havia condições de segurança para a realização da Cúpula Social. Na ocasião, Federico Gomensoro, representante uruguaio para as Cúpulas Sociais, caracterizou a suspensão desse mecanismo participativo como um retrocesso e afirmou que naquela conjuntura política, os governos da região não estavam interessados em fomentar a participação da sociedade civil nessas instâncias, com exceção do governo uruguaio (La diaria, 2017). Apesar dessa decisão oficial, as organizações e os movimentos sociais decidiram realizar o encontro às margens da institucionalidade e ficou decidido que o documento com as reivindicações e demandas da sociedade civil seriam entregues para o então presidente da Bolívia, Evo Morales. Os movimentos sociais consideraram a medida tomada por Macri como arbitrária e repressiva diante da sociedade civil (Nodal, 2017).

A reativação das Cúpulas somente ocorreu no primeiro semestre de 2023, durante a presidência *pro tempore* argentina (Argentina, 2023). Temos a hipótese de que esse retorno da realização das Cúpulas Sociais, em 2023, foi possível devido a emergência de um cenário de convergência política entre os dois principais países do Mercosul: a Argentina, liderada pelo então presidente Alberto Fernández (2019-2023) e o primeiro ano de um novo mandato governamental do presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva, que propiciou que essa agenda ganhasse um novo fôlego dentro do processo de integração regional.

Da mesma forma, a decisão de Macri de descontinuidade das Cúpulas, em 2017, somente foi possível porque havia um cenário favorável e de convergência política com o outro principal país do bloco, o Brasil, liderado pelo então presidente Michel Temer. Dessa forma, podemos inferir que mesmo diante de um processo decisório consensual, a convergência política entre os dois principais países do bloco, a Argentina e o Brasil, são elementos decisivos para que a agenda do



processo de integração regional sofra uma inflexão e mudanças sejam realizadas no que tange à agenda participativa.

Baptista e Siman (2021) apontam que apesar da importância da institucionalização das Cúpulas Sociais, o que foi importante para permitir o envolvimento de diversos atores no processo de integração regional, o pouco reconhecimento de suas formulações e a sua extinção demonstram a sua baixa capacidade de influência no processo decisório no âmbito do Mercosul.

Para além da descontinuidade das Cúpulas, pudemos observar também algumas mudanças no âmbito do Foro de Participação Social do IPPDH, embora o mecanismo tivesse sido institucionalizado em 2015 em um momento de transição de agendas prioritárias no seio do Mercosul. Se entre 2015 e 2017, as consultas públicas eram realizadas semestralmente pelo Instituto, a partir de 2018 elas se tornaram anuais, reduzindo, portanto, as oportunidades que a sociedade civil pudesse apresentar suas demandas e reivindicações. Buscamos entender o motivo que orientou a decisão de redução das consultas públicas, mas em consulta aos documentos oficiais, notadamente aos relatórios de gestão, não encontramos nenhuma informação específica sobre essa decisão.

Nesse processo de enfraquecimento das políticas participativas no âmbito do Mercosul, é importante mencionar o desmonte da Unidade de Apoio à Participação Social (UPS), que foi criada em 2010 enquanto uma instância responsável pelo auxílio à gestão da participação da sociedade civil no contexto do processo de integração regional.

A decisão que criou a UPS foi revogada pela decisão do CMC nº 30/17, que paradoxalmente se intitulava fortalecimento da UPS, e instituiu que a UPS passaria a integrar a estrutura da Secretaria do Mercosul (SM), que passou a ter entre suas responsabilidades, o apoio na organização das Cúpulas Sociais; a administração do financiamento da participação social em eventos e atividades do Mercosul e a manutenção de um cadastro de organizações e movimentos sociais dos Estados-membros. A normativa ainda estabeleceu parâmetros e critérios para o financiamento da participação social no Mercosul, bem como mecanismos de prestação de contas (Mercosur, 2017c).

Essa normativa implementada em 2017, que na prática colocou fim à UPS, foi justificada por conta da necessidade de ajustes institucionais em decorrência da extinção do Alto



Representante-Geral do Mercosul (ARGM), bem como pela necessidade de estabelecer regras claras para a utilização e alocação equitativa e racional dos recursos disponíveis para a participação da sociedade civil nas atividades do Mercosul (Mercosur, 2017c).

A partir de pesquisa documental, identificamos que o Brasil apresentou em 2017, durante a 105ª reunião ordinária do GMC um projeto de decisão sobre aspectos orçamentários do ARGM/UPS, que não se tornou um documento público. Buscando entender o teor e o conteúdo dessa proposta, entramos em contato com o Setor de Normativa e Documentação do Mercosul (SND), verificando a possibilidade de acesso a este documento. Foi-nos informado que os documentos com acesso restrito são de acesso exclusivo aos delegados dos Estados-Partes. Apesar de não termos acesso integral a esta proposta, possuímos a hipótese que foi o Brasil o país responsável pelo desmantelamento da gestão e financiamento da participação da sociedade civil em um contexto de revalorização das dimensões econômico-comerciais durante a administração governamental de Michel Temer, e que tal ato somente foi possível devido à convergência política-ideológica existente entre os dois principais países do bloco naquele momento, a Argentina e o Brasil.

Convém mencionar que esse esforço governamental, principalmente por parte do governo brasileiro, em retomar a priorização das dimensões econômicas-comerciais no Mercosul refletia um descontentamento por parte de alguns setores da elite econômica brasileira, notadamente os industriais, vide por exemplo, a atuação da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) em apoiar e impulsionar o *impeachment* da então ex-presidente brasileira Dilma Rousseff. Diante de uma crise econômica e política na segunda metade dos anos 2010, tinha-se a visão de que o Mercosul nos últimos anos, tendo em vista a centralidade de governos de esquerda e centro-esquerda, havia priorizado questões políticas e ideológicas, e que portanto, o Mercosul deveria se focar nas questões econômicas e comerciais visando oferecer “benefícios concretos” para os cidadãos dos Estados-membros.

A consulta ao orçamento da UPS demonstra o paulatino desmonte no financiamento da participação social, conforme podemos observar na tabela abaixo:



Tabela 1 - Orçamento da UPS e financiamento da participação social

Ano de exercício	Montante de recursos
2013	US\$ 278.625
2014	US\$ 663.079
2015	US\$ 779.807
2016	US\$ 669.018
2017	US\$ 425.326
2018	US\$ 289.852
	Financiamento da participação social em eventos: US\$ 198.408
2019	US\$ 281.001
	Financiamento da participação social em eventos: US\$ 185.457
2020	Financiamento da participação social em eventos: US\$ 92.695

Fonte: elaboração própria, em consulta às resoluções do GMC.

A partir da tabela nota-se que a partir de 2014 o orçamento da UPS recebeu um aumento expressivo do montante de recursos para o seu funcionamento, quando comparado com o ano anterior. No entanto, esse montante sofreu uma significativa queda a partir de 2017, mesmo ano em que uma decisão do CMC transfere a responsabilidade de gestão da participação social no Mercosul para a Secretaria e levou ao desmantelamento da UPS. A partir de 2018, notamos, a partir da análise das resoluções do GMC que instituem o orçamento da Secretaria, que o financiamento da participação social ocorreu a partir da utilização do excedente de anos anteriores, e que esse valor destinado ao financiamento da participação social em eventos, - que começa a aparecer nos orçamentos de forma discriminada - também decai ao longo dos anos.

Entre os anos de 2021 e 2022 não há mais menções ao financiamento da participação social nos orçamentos da Secretaria do Mercosul. Acreditamos que tal fato está intimamente relacionado com a pandemia de covid-19 que tornou virtuais todos os encontros, não sendo mais



necessário o dispêndio de recursos com viagens, por exemplo. De toda forma, a partir da análise, fica patente que o financiamento à participação social no âmbito do Mercosul passou por um processo de enxugamento e desmonte.

Buscamos no *website* do Mercosul, notadamente no acervo de atas e anexos, bem como nas decisões produzidas pelo CMC e resoluções do GMC entre 2003 e 2022, encontrar relatórios de atividades produzidos pela UPS com o objetivo de entender quem e quantos eram financiados para participar de atividades do Mercosul. Encontramos somente dois relatórios públicos que detalham tais informações. Um foi apresentado durante a 47ª reunião ordinária do CMC, de 2014, que expôs que 45 organizações e movimentos sociais dos Estados-membros e da Bolívia haviam recebido financiamento para participarem da 17ª Cúpula Social do Mercosul. Interessante observar que este relatório não apresenta um detalhamento de quem foram os beneficiários do financiamento; a quais organizações e países pertenciam e os valores recebidos (Mercosur, 2014).

O outro relatório encontrado foi apresentado durante a 48ª reunião ordinária do CMC, em 2015, que mostrou que 53 organizações e movimentos sociais dos Estados-membros e da Bolívia haviam sido financiados para participarem da 18ª Cúpula Social. Diferentemente do outro relatório, este apresenta o nome dos beneficiários diretamente, as organizações ao qual pertenciam e o país de origem, apesar de não revelar a quantia de recursos recebidos. A partir da análise, pudemos verificar que nesta ocasião, buscou-se um financiamento igualitário entre os países. Dessa forma, dez OSCs por país foram beneficiadas, com exceção do Brasil, que era o país no qual era realizada a Cúpula naquele contexto, para além do financiamento de três conferencistas, totalizando 53 participantes financiados (Mercosur, 2015b).

Este relatório de 2015 da UPS também mostrou que 20 OSCs tinham recebido financiamento para participarem da primeira consulta pública do IPPDH, realizada na Argentina. Para além destes dois relatórios, pudemos perceber que um relatório de atividades da UPS foi circulado e apresentado durante a 46ª reunião ordinária do CMC, em 2014, mas este documento encontra-se com acesso restrito.

O que nos chama a atenção e queremos ressaltar neste tópico é a falta de transparência em relação ao financiamento da participação social no Mercosul. Os poucos documentos públicos



encontrados são exemplificativos disso. Para além de escassos, os documentos não apresentam o montante de recursos que cada ator recebeu e para o que foram utilizadas.

Esse esforço de enxugamento das políticas e instâncias participativas no Mercosul ganha ainda mais força a partir de 2019, momento no qual começam a ser enunciadas como esforços de racionalização da utilização de recursos públicos, e mudanças institucionais e orçamentárias começaram a ser realizadas com o objetivo de tornar a institucionalidade mais eficiente e eficaz. Apesar dessa agenda de racionalização ganhar forte impulso a partir de 2019, principalmente por conta dessa agenda ser colocada como um eixo fundamental para o Brasil no que tange ao Mercosul, visualizamos que tal agenda já adquiriu maior relevância a partir do segundo semestre de 2018, durante a presidência *pro tempore* uruguaia, que buscou uma revisão da estrutura institucional do Mercosul diante da proliferação de órgãos e fóruns subordinados (Mercosur, 2018).

A busca por uma reforma institucional seguiu posteriormente como uma pauta da presidência *pro tempore* argentina durante o primeiro semestre de 2019, na qual foi proposta a eliminação de órgãos inativos ou que tinham cumprido o objetivo pelo qual foram criados, bem como a fusão de outros que apresentavam superposições em suas competências temáticas, com o objetivo de reduzir a burocracia e conferir mais agilidade institucional para o Mercosul. Esta questão permaneceu como prioritária também para a presidência *pro tempore* brasileira durante o segundo semestre de 2019, sendo que durante a 55ª reunião ordinária do CMC foi apresentado uma lista de fóruns inativos que deveriam ser eliminados (Mercosur, 2019a).

O relatório de gestão do Ministério das Relações Exteriores brasileiro de 2019 enunciou o seguinte a respeito desta questão:

Em 2019, na vertente institucional, foram adotadas decisões que se alinham com os esforços de racionalização do Estado brasileiro. O organograma do MERCOSUL foi reduzido em mais de 20%, e foi estabelecido plano de ação para impedir a proliferação de foros. Adotou-se norma para incentivar a realização de reuniões por videoconferência, com ganhos em agilidade decisória e economia de passagens e diárias. Foram adotados mecanismos de avaliação de produtividade dos foros do bloco e de monitoramento de seus programas de trabalho. Foram unificadas rubricas de pagamentos no chamado Orçamento MERCOSUL, aumentando a eficiência da gestão financeira. Foi aprovada norma que aperfeiçoa a participação do setor privado em reuniões do MERCOSUL (Brasil, 2019a, p. 27).



A partir dos documentos encontrados, tanto no *website* do Mercosul, notadamente os documentos produzidos pelos órgãos decisórios do CMC e GMC, bem como em consulta aos relatórios de gestão do Ministério de Relações Exteriores do Brasil, fica patente que o país desempenhou um papel central nos esforços pela racionalização e enxugamento das instituições e do orçamento do Mercosul, principalmente a partir de 2019. Tais esforços foram entendidos pelo governo brasileiro como necessários para a modernização do bloco em um contexto de restrições orçamentárias e financeiras, que foram posteriormente agravadas com a chegada da pandemia de covid-19 (Brasil, 2020; 2021).

A análise de alguns documentos produzidos pelo Grupo de Assuntos Jurídicos e Institucionais do Mercosul (GAIM) confirmam o protagonismo brasileiro na condução pela realização de alterações institucionais no âmbito do Mercosul a partir de 2019, sendo que o governo brasileiro propôs métricas e instrumentos para a realização de tal processo (Mercosur, 2019b).

O comunicado conjunto dos presidentes dos Estados-Partes, divulgado durante a 55ª reunião ordinária do CMC, em dezembro de 2019, durante a presidência *pro tempore* brasileira, enunciou que a partir daquele momento a centralidade dos esforços girariam em torno de três dimensões centrais: (i) o avanço da agenda econômica-comercial; (ii) o fortalecimento da agenda externa do Mercosul e o (iii) o aprofundamento do processo de racionalização do funcionamento e estrutura do bloco, com economias de recursos e enxugamento de seu organograma (Mercosur, 2019c).

Para além disso, havia um componente ideológico importante nesses esforços, tendo em vista que o governo brasileiro entendia que os governos anteriores não tiveram como prioridade central que o processo de integração regional trouxesse resultados concretos para os cidadãos. Desta forma, havia um entendimento de que eram necessários esforços que passavam necessariamente por reformas institucionais e orçamentárias, visando a redução dos gastos com as institucionalidades e pelo reforço da liberalização comercial (Brasil, 2021).

Embora o processo de esvaziamento da participação da sociedade civil no Mercosul não remonte especificamente aos últimos anos, visto que se desdobra desde a metade dos anos 2010, podemos traçar um paralelo do cenário vivenciado no âmbito do Mercosul com a política participativa doméstica do principal país do bloco, o Brasil. Em seu primeiro dia de mandato, o presidente Jair Bolsonaro extinguiu o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) e o



Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (Conselhão). Para além disto, em abril de 2019, por meio do decreto 9.759/19 foram modificados e extintos diversos órgãos colegiados da Administração Pública Federal, em diversas áreas setoriais (Romão, 2021). O argumento utilizado é o mesmo que observamos recentemente no Mercosul, a necessidade de adaptação da institucionalidade às mudanças recentes e a busca por racionalização da gestão da participação da sociedade civil.

Apesar do desmonte das políticas participativas, nota-se que não há uma inação completa em relação à agenda participativa a partir deste segundo momento do Regionalismo Líquido, que é marcado pelos esforços de racionalização do Mercosul a partir do governo brasileiro de Bolsonaro, mas há uma mudança de foco. Isso porque neste contexto não há uma preocupação mais com a participação de OSCs e movimentos sociais, mas com o setor privado, questão que é reforçada durante a presidência *pro tempore* brasileira do segundo semestre de 2019:

Complementou-se o marco jurídico existente para aprimorar a participação do setor privado em órgãos técnicos do Mercosul. A norma facilita a divulgação das agendas e dos programas de trabalho dos foros, bem como vagas para participação de entidades do setor privado e mecanismos para apresentação de comentários (Mercosur, 2019d).

Nesse contexto, o esforço estava centrado no diálogo com o setor privado. Duas resoluções são firmadas buscando materializar tal primazia: a resolução do GMC nº 53/2019 e nº 03/2020, que estabeleceu um procedimento geral para o registro de comentários do setor privado durante as etapas preparatórias das reuniões dos subgrupos de trabalho, grupos *ad hoc* e reuniões especializadas, subordinadas ao GMC, bem como nos comitês técnicos da Comissão de Comércio do Mercosul (CCM), por meio de formulário próprio, onde os representantes do setor privado poderiam opinar sobre uma determinada temática discutida em alguma dessas institucionalidades. É interessante notar, no entanto, que não há uma definição concreta do que tais decisões entendem por setor privado. No entanto, nota-se um esforço no sentido de priorizar uma participação mais discreta e pontual de representantes do setor privado em um momento no qual a agenda externa e a liberalização comercial foram priorizada no processo de integração regional. Dessa forma, podemos inferir que, naquele momento havia uma preocupação com os *inputs* que poderiam ser oferecidos por empresários e outros agentes ligados ao *business*.



Diante disso, podemos verificar que há uma mudança de tônica na agenda participativa durante esse segundo momento do Regionalismo Líquido. Não há uma inércia e sufocamento total da agenda participativa, mas uma priorização de uma participação mais pontual e discreta do setor privado em detrimento de uma participação ativa e massiva de OSCs e movimentos sociais.

Em suma, podemos observar que a busca pela retomada das dimensões econômico-comerciais, associados com os esforços de racionalização na utilização dos recursos do bloco, permitiram com que a agenda participativa ficasse relegada a um plano ainda mais marginal dentro do processo de integração regional no Mercosul, no cenário contemporâneo do Regionalismo Líquido, o que levou a um enfraquecimento da agenda participativa, com o desmonte das políticas participativas e a paralisação de um dos principais e mais importantes instrumentos de interlocução entre a sociedade civil e os governos, que eram as Cúpulas Sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da discussão que foi realizada ao longo deste artigo, pudemos visualizar que a conformação de um novo cenário político na América do Sul, a partir da segunda metade dos anos 2010, marcadamente à direita do espectro político, propiciou que novas agendas e priorizações fossem concertadas no âmbito do Mercosul. Esse período foi cunhado pela literatura especializada como Regionalismo Líquido, que seria caracterizado por um baixo grau de comprometimento dos atores, principalmente dos atores governamentais, o que reforça a ideia de que as normas e as estruturas regionais são voláteis e mutáveis (Mariano *et al.* 2021).

Tendo em vista que o processo de integração regional no Mercosul é intergovernamental e marcado por uma tradição fortemente interpresidencialista (Malamud, 2003), o Regionalismo Líquido buscou uma retomada da priorização da agenda econômica-comercial em detrimento da agenda social e participativa, que não foi mais vista como importante. Essa visão se refletiu em um desmonte paulatino de um dos principais e mais importantes mecanismos participativos do processo, as Cúpulas Sociais, que foram descontinuadas a partir de 2017 durante a presidência



pro tempore argentina. Também ocorreu uma reestruturação institucional que culminou no desmonte da UPS, por exemplo, importante órgão responsável pela gestão da participação social.

Uma outra conclusão que podemos observar diz respeito à necessidade de convergência política entre os dois principais países do bloco - Argentina e Brasil - para que as políticas participativas pudessem passar por inflexões no interior do bloco. O Brasil se comportou como um país *drive* durante o Regionalismo Pós-liberal em relação à agenda participativa no Mercosul, ao institucionalizar, por exemplo, a UPS em 2010 e as Cúpulas Sociais em 2012. No entanto, tais agendas somente foram impulsionadas porque havia um cenário político favorável.

De outro lado, o enfraquecimento da agenda participativa a partir da segunda metade dos anos 2010, exemplificada por meio da descontinuidade das Cúpulas Sociais durante a presidência *pro tempore* argentina do governo de Mauricio Macri, somente foi possível porque havia um governo brasileiro - o de Michel Temer - que tinha o mesmo entendimento em relação às agendas que deveriam ser priorizadas no Mercosul. Ainda que as decisões sejam tomadas de forma consensual no âmbito do Mercosul, pudemos visualizar que os dois países são essenciais para que a agenda participativa sofra mudanças e inflexões no Mercosul.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alvarez, M. V. (2020) 'Auge y ocaso del regionalismo post-liberal: entre la convergencia ideológica y el liderazgo regional', *Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais*, 29, pp. 43–69, [online]. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernosdecampo/article/view/13502> [Acesso em: 25 abr. 2025].

Argentina (2023) *Cumbre Social del Mercosur: Cafiero destacó la participación de la sociedad civil "como componente indispensable de la integración regional"*, [online]. Disponível em: <https://www.cancilleria.gob.ar/es/actualidad/noticias/cumbre-social-del-mercotur-cafiero-destaco-la-participacion-de-la-sociedad-civil> [Acesso em: 03 mar. 2025].



Baptista, J. V. da M. e Siman, T. E. (2021) 'Dimensão humana e social do Mercosul: da institucionalização ao esvaziamento', *Brazilian Journal of International Relations*, 10(1), pp. 254–276, [online]. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjir/article/view/10425> [Acesso em: 25 abr. 2025].

Barros, P. S. e Gonçalves, J. de S. (2019) 'Fragmentação da governança regional: o Grupo de Lima e a política externa brasileira (2017–2019)', *Mundo e Desenvolvimento*, 2(3), pp. 6–39, [online]. Disponível em: <https://periodicos.franca.unesp.br/index.php/mundodesenvolvimento/article/view/2967> [Acesso em: 25 abr. 2025].

Brasil (2019) *Relatório de gestão do exercício de 2019*, [online]. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/aceso-a-informacao/auditorias/auditorias-em-unidades-no-brasil/Relatrio_de_Gesto_2019.pdf [Acesso em: 03 mar. 2025].

Brasil (2020) *Relatório de gestão do exercício de 2020*, [online]. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/arquivos/documentos/administrativo/relatorio-de-gestao-2020-final.pdf> [Acesso em: 03 mar. 2025].

Brasil (2021) *Relatório de gestão do exercício de 2021*, [online]. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/aceso-a-informacao/transparencia-prestacao-contas/relatorio-gestao-mre-2021> [Acesso em: 03 mar. 2025].

Briceño-Ruiz, J. (2021) 'O auge e a crise do “Novo Mercosul” no período pós-hegemônico (2003–2016)', *Lua Nova*, 112, pp. 55–86, [online]. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/d9DPrJwPq4cKHZ9SG8D7Dsw/> [Acesso em: 25 abr. 2025].



Caetano, G. (2019) 'Los nuevos rumbos del Mercosur: el cambio de modelo y las consecuencias de la crisis brasileña', *Foro Internacional*, 59(1), pp. 47–88, [online]. Disponível em: <https://www.scielo.org.mx/pdf/fi/v59n1/0185-013X-fi-59-01-47.pdf> [Acesso em: 25 abr. 2025].

Clarín (2018) 'Para el futuro jefe de hacienda de Brasil, el Mercosur y Argentina "no son prioridad"', *Clarín*, [online]. Disponível em: <https://www.clarin.com> [Acesso em: 03 mar. 2025].

Fuccille, L. A., Luciano, B. T. e Bressan, R. N. (2021) 'Para além do comércio: Mercosul, democracia e segurança regional', *Lua Nova*, 112, pp. 217–250, [online]. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/VHBFrZDWxJpmfcS8Y6kG8Wh/> [Acesso em: 25 abr. 2025].

Funag (2019) *A nova política externa brasileira: seleção de discursos, artigos e entrevistas do Ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo*, [online]. Disponível em: <https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-1057> [Acesso em: 03 mar. 2025].

Hoffmann, A. R. (2020) 'Mercosur between resilience and disintegration', in Nolte, D. e Weiffen, B. (eds.), *Regionalism under stress: Europe and Latin America in comparative perspective*. London: Routledge.

Junqueira, C. G. B. (2021) 'Passado, presente e futuro do Mercosul', *Cuadernos sobre Relaciones Internacionales, Regionalismo y Desarrollo*, 16(30), pp. 12–31.

La Diaria (2017) 'Por primera vez no habrá cumbre social del Mercosur, por cuestiones de "seguridad"', *La Diaria*, [online]. Disponível em: <https://ladiaria.com.uy/articulo/2017/7/por-primera-vez-no-habra-cumbre-social-del-mercosur-por-cuestiones-de-seguridad/> [Acesso em: 03 mar. 2025].



Mariano, K. L. P., Bressan, R. N. e Luciano, B. T. (2021) 'Liquid regionalism: a typology for regionalism in the Americas', *Revista Brasileira de Política Internacional*, 64(2), pp. 1–19, [online]. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/fjTdDxj5VM8KkybBGqcfpCh/> [Acesso em: 25 abr. 2025].

Mariano, M. P., Ramanzini Júnior, H. e Vigevani, T. (2021) 'O Brasil e o Mercosul: atores domésticos e oscilações da política externa nos últimos 30 anos', *Lua Nova*, pp. 15–54, [online]. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/tHw5r4whfhWQ7vCNtLPbfRL/> [Acesso em: 25 abr. 2025].

Mercosur (2015a) *Decisión CMC n. 23/2015*, [online]. Disponível em: https://normas.mercosur.int/simfiles/normativas/58052_DEC_023-2015_ES_Perf%20Com%20y%20Eco.pdf [Acesso em: 03 mar. 2025].

Mercosur (2015b) *Informe al Consejo del Mercado Común*, [online]. Disponível em: https://documentos.mercosur.int/simfiles/docinformativos/57992_CMC_2015_ATA01_ANE05_DI03_ES_SíntesisGestión-ene-jul2015-UPS.pdf [Acesso em: 03 mar. 2025].

Mercosur (2016) *XI Reunión Extraordinaria del Consejo del Mercado Común*, [online]. Disponível em: https://documentos.mercosur.int/simfiles/docreuniones/64425_CMC_2016_ACTA01-Ext_ES.pdf [Acesso em: 03 mar. 2025].

Mercosur (2017a) *Relatório de atividades da Presidência Pro Tempore brasileira*, [online]. Disponível em: https://documentos.mercosur.int/simfiles/docinformativos/67254_CMC_2017_ACTA02_ANE03_PT_DI06.pdf [Acesso em: 03 mar. 2025].



Mercosur (2017b) *Comunicado conjunto de los Presidentes de los Estados Partes del Mercosur*, [online]. Disponible em: https://documentos.mercosur.int/simfiles/comunicados/66029_Proyecto%20Comunicado%20Conjunto%20Presidentes%20EP_ES.pdf [Acesso em: 03 mar. 2025].

Mercosur (2017c) *Decisión CMC n. 30/2017*, [online]. Disponible em: https://normas.mercosur.int/simfiles/normativas/67211_DEC_030-2017_PT_Fortalecimiento%20da%20UPS.pdf [Acesso em: 03 mar. 2025].

Mercosur (2018) *LIII Reunión Ordinaria del Consejo del Mercado Común – Acta n. 02/2018*, [online]. Disponible em: https://documentos.mercosur.int/simfiles/docinformativos/71283_CMC_2018_ACTA02_ANE03_ES_DI08.pdf [Acesso em: 03 mar. 2025].

Mercosur (2019a) *LV Reunión Ordinaria del Consejo del Mercado Común – Acta n. 02/2019*, [online]. Disponible em: https://documentos.mercosur.int/simfiles/docreunionanexos/75393_Foros%20Inactivos_Estructura_PT.pdf [Acesso em: 03 mar. 2025].

Nolte, D. e Weiffen, B. (2021) 'How regional organizations cope with recurrent stress: the case of South America', *Revista Brasileira de Política Internacional*, 64(2), pp. 1–21, [online]. Disponible em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/hkwsMcqM8mmqzswFbVzHTv/> [Acesso em: 25 abr. 2025].

Peña, F. (2017) *Las crisis en el multilateralismo y en los acuerdos regionales*. Bogotá: Universidad Cooperativa de Colombia.



Sanahuja, J. A. (2016) 'Regionalismo e integración en América Latina', *Pensamiento Proprio*, 44, pp. 29–76.

Sanahuja, J. A. (2019) 'La crisis de la integración y el regionalismo en América Latina', in Mesa, M. (ed.), *Ascenso del nacionalismo y el autoritarismo en el sistema internacional*. Madrid: Fundación Cultura de Paz.

Vadell, J. A. e Giaccaglia, C. (2020) 'El rol de Brasil en el regionalismo latinoamericano', *Foro Internacional*, 60(3), pp. 1041–1080.

Veiga, P. da M. e Ríos, S. P. (2007) *O regionalismo pós-liberal na América do Sul*. Santiago: CEPAL.

Yin, R. K. (2001) *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman.

